



CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO

COORDENAÇÃO DO CURSO DE NUTRIÇÃO

FRANCIA CRISTIANE SILVA SOUSA

**ESTRATÉGIAS ESCOLARES NO COMBATE À OBESIDADE INFANTIL: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

TERESINA-PI

2025

FRANCIA CRISTIANE SILVA SOUSA

**ESTRATÉGIAS ESCOLARES NO COMBATE À OBESIDADE INFANTIL: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
coordenação do Curso de Nutrição do Centro
Universitário Santo Agostinho, como requisito
obrigatório para a obtenção do título de Bacharel
em Nutrição.

Orientador(a): Prof. Me Ana Caroline

Teresina-PI

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

Biblioteca Antônio de Pádua Emérito

S724e Sousa, Francia Cristiane Silva.

Estratégias escolares no combate à obesidade infantil: uma revisão integrativa da literatura / Francia Cristiane Silva Sousa. – 2025.

18 p.

Artigo (Bacharel em Nutrição) – Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA, Teresina, 2025.

“Orientação: Ma. Ana Caroline de Castro Ferreira F. Macedo.”

Elaborada por Lílian Farias Pinto - CRB-3/1271

FRANCIA CRISTIANE SILVA SOUSA

**ESTRATÉGIAS ESCOLARES NO COMBATE À OBESIDADE INFANTIL: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do
Curso de Nutrição do Centro Universitário Santo Agostinho,
como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel
em Nutrição.

Data de aprovação: 26 de dezembro de 2025.

Prof. Dr.

Centro Universitário Santo Agostinho –
UNIFSA (Orientador)

Prof. Dr.

Centro Universitário Santo Agostinho –
UNIFSA (1ª Avaliador(a))

Prof. Dr.

Centro Universitário Santo Agostinho –
UNIFSA (2ª Avaliador(a))

SUMÁRIO

- 1 INTRODUÇÃO**
- 2 REVISAO DE LITERATURA**
- 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO**
- 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 5 REFERÊNCIAS**

ESTRATÉGIAS ESCOLARES NO COMBATE À OBESIDADE INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA¹

Francia Cristiane Silva Sousa-UNIFSA²

Prof. Me Ana Caroline-UNIFSA³

Resumo: A obesidade infantil representa um dos mais desafiadores problemas de saúde pública da atualidade. Os hábitos alimentares inadequados adquiridos na infância tendem a persistir na vida adulta, aumentando os riscos de diversas doenças crônicas. A escola é um espaço privilegiado para ações educativas voltadas à saúde, sendo essencial na formação dos hábitos alimentares e na promoção de práticas saudáveis. Assim, o objetivo deste trabalho é investigar, por meio de revisão integrativa da literatura, as estratégias adotadas por escolas no combate à obesidade infantil. Na metodologia, buscou-se os estudos publicados entre outubro de 2018 e de 2024 nas bases de dados Science Direct, SciELO, PubMed, Periódicos capes, LILACS, BVS. Os descritores em Ciências da Saúde (DeCS), foram: “obesidade infantil”, “Escolas”, “Promoção da Saúde”, “Hábitos Alimentares”, “Educação Nutricional”. Conclui-se que a participação da família, juntamente com a escola e suas diretrizes para a promoção da boa educação, contribui para a formação dos bons hábitos alimentares.

Palavras-chave: obesidade infantil; hábitos alimentares; alimentação escolar

Abstract: Childhood obesity is one of the most challenging public health issues today. Poor dietary habits acquired in childhood tend to persist into adulthood, increasing the risk of various chronic diseases. Schools serve as key environments for health education initiatives, playing a crucial role in shaping eating habits and promoting healthy practices. Understanding how schools are addressing this challenge is essential for guiding public policies and strengthening intersectoral actions that involve school communities and families. Objective: To investigate, through an integrative literature review, the strategies adopted by schools to combat childhood obesity. Materials and Methods: Studies published between October 2018 and 2024 were searched in the Science Direct, SciELO, PubMed, Periódicos Capes, LILACS, and BVS databases. The Health Sciences Descriptors (DeCS) used were: childhood obesity, schools, health promotion, eating habits, and nutritional education.

Keywords: childhood obesity; eating habits; school nutrition

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina-PI, 26 de dezembro de 2025

² Graduanda em Nutrição do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA. Francia Cristiane Silva Sousa

³ Professora Mestre. Docente do Curso de Nutrição do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA. Ana Caroline, orcid:<https://orcid.org/0000-0003-3281-4749>

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a obesidade infantil como uma doença crônica não transmissível (DCNT), e tem como característica o acúmulo excessivo de gordura corporal, representando um dos principais problemas de saúde pública em escala global. O Atlas Mundial da Obesidade (2023) calcula um aumento significativo nos casos de obesidade até 2030, exigindo medidas estratégicas de enfrentamento, para prevenir danos à saúde humana e possíveis doenças. (1)

A obesidade na infância vem de múltiplos fatores, incluindo: determinantes biológicos, sociais, culturais, econômicos e comportamentais. Entre os principais agravantes estão a ingestão excessiva de alimentos ultraprocessados, a baixa qualidade nutricional da dieta, o sedentarismo, o sono inadequado e o ambiente familiar e escolar pouco favorável à saúde.(2)

O Sobrepeso e a obesidade trazem consequências para a saúde, especialmente quando aparecem ainda na infância, patologias diretamente ligadas a doenças, como o diabetes tipo 2 (DM2), hipertensão arterial sistêmica(HAS), problemas respiratórios, acúmulo de gordura no fígado (Esteatose hepática), alterações nos níveis de lipídios (hiperlipidemia, fadiga excessiva e doenças cardiovasculares.

O excesso de peso pode causar alterações menstruais e problemas ortopédicos, devido à sobrecarga nas articulações. No aspecto psicológico e social, as crianças com obesidade podem sofrer discriminação, intimidação e bullying, o que prejudica a auto estima, leva à evasão escolar e afeta negativamente seu desenvolvimento emocional e social. (3)

A obesidade infantil é um desafio crescente da saúde pública, exigindo intervenções eficazes no ambiente escolar. As escolas têm adotadas estratégias como a educação alimentar e nutricional, que tem como principal objetivo manter e promover hábitos alimentares saudáveis entre os alunos.

Ações que envolvem atividades lúdicas, como jogos e oficinas, facilitam a compreensão das crianças com relação as escolhas alimentares adequadas. Além disso, programas como o Programa Saúde na Escola (PSE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a estratégia PROTEJA (Prevenção da Obesidade Infantil) têm sido fundamentais na articulação entre saúde e educação, promovendo ações integradas para a prevenção da obesidade infantil (FIOCRUZ, 2024).

Outra ponto importante e eficaz é a implementação de políticas públicas que incentivam a alimentação saudável nas escolas. A Portaria Interministerial nº 1.010/2006 estabelece diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas instituições de ensino, incluindo a restrição de alimentos ultraprocessados e o estímulo ao consumo de frutas e hortaliças (BRASIL, 2006). Essas medidas, aliadas à formação contínua de professores e à participação ativa da comunidade escolar, têm mostrado resultados positivos na prevenção e controle da obesidade infantil (SILVA et al., 2020)

Diante da relevância do tema, e da pouca sistematização das estratégias escolares, o presente estudo objetiva investigar, por meio de uma revisão integrativa, as estratégias escolares implementadas no combate à obesidade infantil. A pergunta norteadora que subsidia a pesquisa é “Quais estratégias têm sido desenvolvidas pelas escolas no combate à obesidade infantil?”.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A obesidade infantil é classificada como uma Doença Crônica Não Transmissível (DCNT) pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2023), sendo definida pelo acúmulo excessivo de gordura corporal que compromete a saúde e o desenvolvimento das crianças. Trata-se de um problema multifatorial e crescente, cujos índices preocupam autoridades de saúde pública em escala global.

Conforme o World Obesity Atlas (2023), estima-se que até 2030 aproximadamente 254 milhões de crianças e adolescentes apresentarão obesidade. Em 2022, o Brasil apresentou índices preocupantes entre crianças menores de cinco anos, onde 14,2% tinham excesso de peso, quase três vezes a média global de 5,6%. Entre adolescentes de 10 a 19 anos, 31,2% estavam acima do peso, quase o dobro da média mundial de 18,2%. Já na faixa etária de 5 a 10 anos, mais de 340 mil crianças foram diagnosticadas com obesidade, com maior prevalência na região Sul (11,52%), seguida por Sudeste (10,41%), Nordeste (9,67%), Centro-Oeste (9,43%) e Norte (6,93%).(Fiocruz)

As projeções indicam que até 2035, metade das crianças e adolescentes brasileiros de 5 a 19 anos poderá estar com sobrepeso ou obesidade, totalizando mais de 20 milhões de indivíduos. A taxa anual de crescimento da obesidade nesse grupo entre 2020 e 2035 está estimada em 1,8%, reforçando a necessidade de ações preventivas e intervenções eficazes. (Fiocruz)

A literatura evidencia que a obesidade infantil é resultado da interação entre fatores genéticos, biológicos, ambientais, sociais e comportamentais (Lobstein et al., 2022). Os principais determinantes incluem o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados, a baixa ingestão de frutas e hortaliças, a inatividade física, o sono inadequado, o tempo prolongado de exposição a telas, ausência de estímulos à saúde no ambiente familiar e escolar e a influência negativa da publicidade voltada ao público infantil, a qual favorece escolhas alimentares inadequadas (Monteiro et al., 2023; WHO, 2016; Boyland et al., 2019).

As consequências do excesso de peso na infância vão além do aspecto físico. No plano clínico, o excesso de peso está relacionado ao aumento da incidência de resistência à insulina, diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial, dislipidemias, apneia do sono, esteatose hepática não alcoólica e sobrecarga osteoarticular (Simmonds et al., 2016; Pulgarón, 2013). No âmbito psicossocial, o estigma e o bullying associados ao peso comprometem a autoestima, podendo levar a quadros de depressão, ansiedade e prejuízo no desempenho escolar e nas relações interpessoais (Puhl e Latner, 2007). O quadro a seguir mostra uma análise dos indicadores de risco e consequências da obesidade no Brasil, com base em evidências científicas recentes.

Quadro 1 – Indicadores de risco e consequências da obesidade infantil no Brasil

Indicador de risco / consequência	Percentual (%)
Consumo de ultraprocessados (6–23m)	80
Consumo de ultraprocessados (24–59m)	90
Inatividade física (adolescentes)	60
Excesso de tempo de tela (2–4 anos)	65
Insônia pediátrica (3–5 anos)	25
Dislipidemia (2–9 anos)	60
Esteatose hepática (crianças obesas)	70
Bullying em adolescentes obesos	40

Fonte: Adaptado de Fiocruz (2024).

Diante desse panorama, as escolas têm se consolidado como espaços privilegiados para o desenvolvimento de estratégias preventivas e educativas. A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é uma das ferramentas mais empregadas nesse contexto, com enfoque no estímulo ao consumo consciente e saudável, por meio de metodologias ativas e participativas (Brasil, 2021). Programas governamentais como o Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Saúde na Escola (PSE) reforçam essa atuação intersectorial entre saúde e educação (FIOCRUZ, 2024).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerido pelo FNDE(Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) é uma das principais iniciativas de segurança alimentar escolar. Em 2023, com um orçamento de R\$ 5,46 bilhões, atendeu 38,5 milhões de estudantes em mais de 150 mil instituições, garantindo refeições equilibradas, promovendo Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e incentivando a compra de alimentos da agricultura familiar.(FNDE,2023)

O Programa Saúde na Escola (PSE) fortalece a interseção entre saúde e educação, beneficiando, no biênio 2023/2024, cerca de 25 milhões de alunos em 102.199 escolas, com adesão de 98,85% dos municípios. Suas ações envolvem alimentação saudável, prevenção da obesidade, incentivo à atividade física, saúde mental e combate à violência.(BRASIL,2024)

A Estratégia Nacional PROTEJA, lançada pelo Ministério da Saúde em 2021, busca prevenção e atenção à obesidade infantil por meio da vigilância nutricional, diagnóstico precoce e educação em saúde, contando com a adesão de mais de 1.320 municípios. O programa recebeu reconhecimento internacional, sendo premiado pela ONU em 2022.(Ministério da saúde,2022)

A Portaria Interministerial nº 1.010/2006 complementa essas políticas, estabelecendo diretrizes para alimentação saudável nas escolas, restringindo alimentos ultraprocessados e incentivando o consumo de frutas e hortaliças. A colaboração entre setores e o envolvimento da comunidade escolar e familiares são fundamentais para a eficácia dessas estratégias no combate à obesidade infantil.

Evidências apontam que intervenções escolares bem estruturadas, associadas à formação continuada dos professores e ao envolvimento da comunidade escolar, têm potencial para reduzir indicadores de obesidade infantil (Silva et al., 2020; Gonzalez et al., 2022). Todavia, são limitadas as revisões integrativas que sistematizam as estratégias escolares com eficácia comprovada, o que reforça a relevância da presente investigação, revisando pesquisas científicas já realizadas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

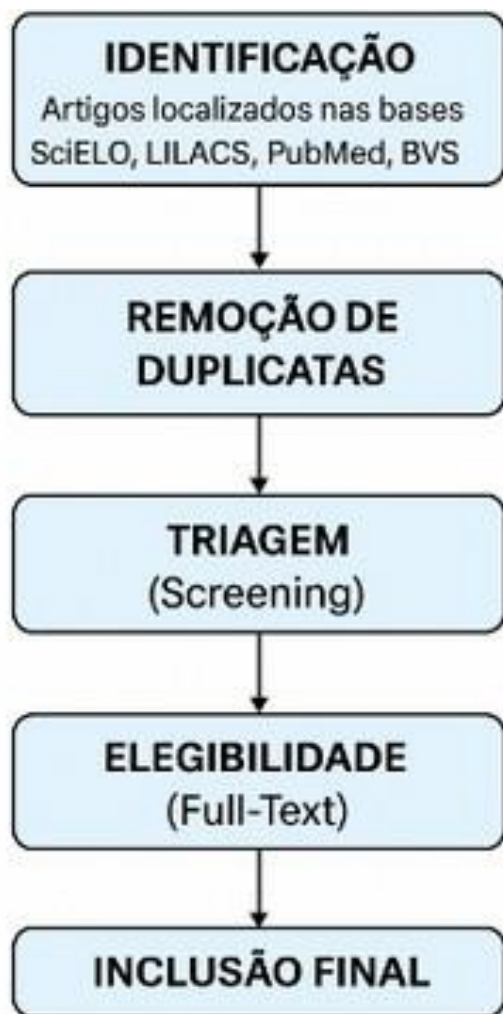
3.1 METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma revisão integrativa da literatura, considerada um método que permite sintetizar conhecimentos e incorporar os resultados de pesquisas relevantes sobre determinado tema, de forma sistemática e ordenada. Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa possibilita uma compreensão ampla do fenômeno investigado, contribuindo para a consolidação de fundamentos científicos e para o fortalecimento de práticas baseadas em evidências.

A presente revisão teve como objetivo identificar e analisar as estratégias escolares utilizadas no enfrentamento da obesidade infantil. Para isso, foi definida a seguinte pergunta norteadora: “Quais estratégias têm sido desenvolvidas pelas escolas no combate à obesidade infantil?”. A busca pelos artigos foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por serem repositórios reconhecidos na área da saúde e da educação.

Na definição das estratégias de busca, foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo eles: “Obesidade Infantil”, “Escolas”, “Promoção da Saúde”, “Hábitos Alimentares” e “Educação Nutricional”. Para potencializar os resultados, os descritores foram combinados entre si por meio dos operadores booleanos AND e OR, de acordo com as especificidades de cada base de dados, visando abranger o maior número possível de estudos pertinentes ao tema.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão os artigos publicados no período de 2015 a 2024, disponíveis na íntegra, redigidos nos idiomas português, inglês ou espanhol, e que abordassem estratégias escolares voltadas à prevenção ou redução da obesidade infantil. Foram excluídos da análise artigos duplicados nas bases, resumos simples, trabalhos acadêmicos não publicados como artigos — tais como monografias, teses e dissertações — e aqueles que não contemplavam diretamente o tema proposto, conforme fluxograma abaixo.



O processo de seleção dos estudos foi conduzido em três etapas, conforme a metodologia descrita por Ganong (1987) e adaptada por Mendes, Silveira e Galvão (2008). Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória dos títulos e resumos, com o objetivo de identificar os estudos que atendiam aos critérios de inclusão. Posteriormente, foi feita a leitura analítica dos textos na íntegra, buscando avaliar a aderência dos conteúdos aos objetivos da pesquisa. Na etapa seguinte, procedeu-se à categorização temática, organizando os dados extraídos a partir da identificação das estratégias escolares adotadas no enfrentamento da obesidade infantil.

Os dados obtidos foram organizados de forma descritiva, permitindo a apresentação dos resultados por meio de quadros e tabelas, além de uma análise qualitativa, que possibilitou a interpretação dos achados e a discussão dos principais desafios e contribuições das práticas escolares no contexto da obesidade infantil.

3.2 Resultados

Quadro 2 – Síntese dos estudos selecionados para revisão integrativa, Teresina, 2025

AUTOR/ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS	CONCLUSÃO
Aydin, et al., 2024	Investigar o que os pais australianos de crianças do ensino fundamental desejam aprender sobre alimentação e nutrição.	Estudo transversal nacional online com abordagem de métodos mistos. A regressão logística analisou a relação entre demografia, valores pessoais e percepções.	Pais mais jovens e de origem não anglófona demonstraram maior interesse. As principais demandas incluíam estratégias para incentivar uma alimentação saudável, sugestões para lancheiras, leitura de rótulos, tamanhos de porções e recomendações por faixa etária.	Os resultados podem orientar educadores de saúde pública na criação de programas e recursos de educação alimentar e nutricional para pais.
Maria, et al., 2023	Explorar como a colaboração entre escolas e famílias pode fortalecer a promoção de uma alimentação saudável e equilibrada.	Estudo de caso qualitativo em duas escolas públicas, incorporando ações de alimentação no Projeto Político-Pedagógico com participação familiar. Utilizou observação participante, diário de campo, entrevistas e grupos focais.	As categorias “Interação entre atores sociais” e “Participação das famílias na escola” destacaram o potencial de colaboração na educação e a importância da organização comunitária.	Parcerias eficazes entre escola e família fortalecem o envolvimento social e incentivam hábitos alimentares saudáveis desde a infância.
Klasmann, et al., 2019	Identificar propostas de intervenções para promoção da saúde no contexto escolar e analisar sua efetividade no combate à obesidade infantil.	Revisão integrativa de estudos publicados entre 2012 e 2017 nas bases Science Direct, Scopus e PubMed.	Intervenções de longo prazo com participação familiar mostraram os melhores resultados. 68% foram efetivas, 28% apresentaram limitações e 3,8% estão em andamento.	As evidências reforçam que intervenções contínuas e familiares melhoram a saúde escolar, mas novos estudos são necessários.
Miranda, et al., 2023	Avaliar a articulação entre escola e família na promoção da	Estudo qualitativo de caso em duas escolas públicas com ações de	Evidenciou-se o potencial de colaboração na educação e	A criação de comissões familiares para discutir

	alimentação adequada e saudável.	alimentação e participação familiar. Métodos: observação participante, entrevistas e análise temática.	fortalecimento da participação social.	alimentação promove avanços significativos na alimentação escolar saudável.
Bagati, et al., 2019	Avaliar o impacto dos alimentos vendidos na cantina escolar sobre a nutrição das crianças, verificando a conformidade dos produtos com a legislação vigente.	Estudo transversal com 41 alunos (6 a 12 anos) em uma escola particular de São Paulo. Avaliou-se consumo e IMC.	41,5% apresentaram excesso de peso, mais frequente em meninos (61,5%). Os produtos não atendiam totalmente às normas alimentares.	A educação nutricional é essencial; leis sozinhas não bastam sem envolvimento de todos os atores da alimentação escolar.
Vasconcelos, et al., 2024	Apresentar intervenções de enfermagem na promoção da saúde através da alimentação saudável e adequada.	Revisão de literatura (429 estudos analisados; 7 selecionados). Intervenções variaram entre 4 e 36 meses.	Incluíram aulas, grupos educativos, visitas domiciliares e acompanhamento antropométrico.	A escola é um ambiente ideal para ações de enfermagem que promovam saúde e alimentação equilibrada, necessitando mais estratégias práticas.

3.3 DISCUSSÃO

Os estudos analisados evidenciam de forma consistente que a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar depende de múltiplos fatores, que incluem não apenas o acesso à informação, mas também a articulação entre família, escola e comunidade. A partir dos achados, observa-se um alinhamento, ainda que parcial, com as diretrizes das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Guia Alimentar para a População Brasileira, além das normativas específicas sobre a alimentação no ambiente escolar, como a Resolução nº 6/2020 do FNDE.

Estudos como os de Aydin et al. (2024) e Maria et al. (2023) reforçam que a participação da família é um dos eixos fundamentais para que as ações educativas em alimentação sejam efetivas. Contudo, existe uma lacuna entre a previsão normativa de participação social e a efetiva operacionalização dessa participação no cotidiano escolar. A desconfiança mútua e a dificuldade de mobilização comunitária, destacadas por Maria et al.

(2023) e Miranda et al. (2023), demonstram que os princípios de gestão democrática e controle social ainda são desafios práticos.

A pesquisa de Bagati et al. (2019) revela uma contradição evidente entre as diretrizes da alimentação escolar e a realidade das cantinas, sobretudo nas escolas privadas, onde há menor controle estatal. Apesar das recomendações legais, observa-se oferta significativa de alimentos ultraprocessados, o que colabora diretamente para os índices alarmantes de sobrepeso infantil. Este dado dialoga com as limitações de fiscalização das políticas públicas e a insuficiência de instrumentos coercitivos que garantam ambientes alimentares saudáveis.

Klasmann et al. (2019) e Vasconcelos et al. (2024) evidenciam que as intervenções de promoção da saúde são mais efetivas quando incluem abordagens intersetoriais, de longo prazo e com envolvimento familiar. No entanto, muitos programas existentes, como o próprio PSE, enfrentam fragilidades na integração entre setores da saúde, educação e assistência social, além da alta rotatividade dos profissionais e falta de formação continuada.

A atuação dos profissionais de saúde, sobretudo enfermeiros escolares, aparece como um fator estratégico nas intervenções, segundo Vasconcelos et al. (2024). Contudo, a realidade brasileira ainda carece de uma política nacional efetiva de enfermagem escolar, o que limita a expansão dessas práticas no cotidiano escolar.

A troca de saberes e de experiências, desenvolvida em ambiente escolar, pode ser compartilhada pela família, o que ajuda no fortalecimento de vínculos na construção de redes de atenção e no planejamento integral, de acordo com a realidade e seus determinantes sociais, culturais, econômicos e psicológicos, possibilitando à comunidade escolar, um trabalho conjunto em busca de uma alimentação equilibrada(Costa et al., 2022).

Aydin et al.(2024) afirmam que a atuação global da comunidade escolar, composta pais, gestores e alunos, valendo-se de diversas estratégias como boletins informativos e orientações de plataformas virtuais, podem orientar na criação de programas e captação de recursos, no intuito de promover educação alimentar e nutricional para pais e crianças.

A atuação dos profissionais de saúde, sobretudo enfermeiros escolares, aparece como um fator estratégico nas intervenções, segundo Vasconcelos et al. (2024). Contudo, a realidade brasileira ainda carece de uma política nacional efetiva de enfermagem escolar, o que limita a expansão dessas práticas no cotidiano escolar.

Os desafios identificados foram a baixa efetividade na articulação entre escola, família e comunidade, apesar da previsão normativa em políticas públicas bem como a fragilidade

na fiscalização e no cumprimento das normas que regulam a comercialização de alimentos no ambiente escolar, sobretudo nas escolas privadas.

Além desses desafios pode-se observar também a desigualdade na implementação das políticas públicas, com maior precarização em territórios socialmente vulneráveis a formação insuficiente de professores e profissionais de saúde para atuar em educação alimentar e nutricional (EAN).

Outros pontos identificados como desafios foi a fragmentação intersetorial, com dificuldades na integração entre educação, saúde e assistência social e a ausência de uma política estruturada de enfermagem escolar, que limite a implementação de ações contínuas de promoção à saúde.

Em virtude da observação desses desafios pode-se traçar algumas recomendações estratégicas sendo elas fortalecer os espaços de participação social na escola, como conselhos escolares e comissões de alimentação, tornando-os efetivos e deliberativos, instituir uma política nacional de enfermagem escolar, com profissionais permanentes nas unidades, atuando na promoção da saúde, na vigilância nutricional e na EAN.

Além de rever os instrumentos de fiscalização das cantinas escolares, ampliando o poder de controle dos órgãos de vigilância sanitária e fortalecendo os conselhos de alimentação escolar também nas redes privadas.

Outras recomendações se daria pela capacitação continua dos profissionais da educação e da saúde em temas relacionados à alimentação saudável, metodologias participativas e promoção da saúde no ambiente escolar, bem como o fortalecimento intersetorialidade, criando mecanismos institucionais que garantam a articulação permanente entre as secretarias municipais e estaduais de educação, saúde e assistência social, com metas conjuntas e indicadores integrados.

E por ultimo a incentivação práticas pedagógicas alinhadas ao Guia Alimentar para a População Brasileira, promovendo experiências alimentares no cotidiano escolar, como hortas escolares, oficinas culinárias, visitas a feiras e ações de economia solidária, bem como a ampliação de campanhas educativas e recursos pedagógicos acessíveis, utilizando mídias digitais, redes sociais e plataformas educativas, como indicaram os próprios pais no estudo de Aydin et al. (2024).

4. CONSIDERAÇÕES

Diante da análise dos estudos e do cruzamento crítico com as políticas públicas, fica evidente que a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar é um processo complexo, que exige não apenas o cumprimento de normas e diretrizes, mas, sobretudo, a construção de uma rede colaborativa entre escola, família, comunidade e poder público. Embora haja avanços nas normativas, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Guia Alimentar para a População Brasileira, ainda persiste um desafio significativo em efetivar esses princípios na prática cotidiana das instituições escolares.

Os achados reforçam que a participação familiar é um dos pilares para a efetividade das ações de educação alimentar e nutricional. Entretanto, essa participação esbarra em entraves estruturais, culturais e na falta de mobilização comunitária, o que fragiliza a gestão democrática e o controle social nas escolas. Soma-se a isso, a dificuldade de fiscalização das cantinas escolares, alimentos em desacordo com as recomendações nutricionais, impactando diretamente os índices de sobrepeso e obesidade infantil.

Além disso, observa-se uma fragilidade na articulação intersetorial entre os setores de saúde, educação e assistência social, o que compromete a efetividade de programas como o PSE. A ausência de uma política nacional estruturada de enfermagem escolar e a formação insuficiente de profissionais da educação e da saúde são fatores que limitam a expansão e a continuidade das práticas de promoção da saúde no contexto escolar.

Nesse sentido, torna-se imprescindível fortalecer os espaços de participação social, qualificar os profissionais envolvidos, revisar os mecanismos de fiscalização e consolidar políticas públicas integradas e sustentáveis. A adoção de práticas pedagógicas que aproximem os alunos da realidade alimentar saudável, como hortas escolares, oficinas culinárias e atividades interativas, associadas ao uso de recursos digitais, surge como uma estratégia potente para engajar a comunidade escolar.

Portanto, é urgente e necessário repensar e aprimorar as estratégias de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, de forma intersetorial, participativa e contextualizada, considerando os determinantes sociais que atravessam cada território. Somente por meio de uma atuação conjunta, comprometida e alinhada às políticas públicas, será possível construir ambientes escolares mais saudáveis, inclusivos e promotores de uma

cultura alimentar consciente, capaz de impactar positivamente a saúde e a qualidade de vida de crianças, adolescentes e de toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

- BOITO, Tainara; HARTMANN, Valeria; KÜMPEL, Daiana Argenta; DE CARLI, Graziela. Avaliação de cardápios de uma escola de educação infantil. *Revista Contexto & Saúde*, v. 19, n. 36, p. 14–19, 2019. DOI: 10.21527/2176-7114.2019.36.14-19.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/obj>. Acesso em: 4 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n.º 1.862, de 10 de agosto de 2021. Institui a Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil - Proteja. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 ago. 2021. Edição 151, Seção 1, p. 67. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.862-de-10-de-agosto-de-2021-337532485obj>. Acesso em: 4 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdfobj. Acesso em: 4 jun. 2025.
- BRASIL. Portaria Interministerial n.º 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui diretrizes para promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, no âmbito nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 maio 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.
- BOYLAND, E. J. et al. Food marketing towards children and adolescents: A Systematic Review. *Appetite*, v. 137, p. 62–76, 2019.

CAPISTRANO, G. B. et al. Obesidade infantil e suas consequências: uma revisão da literatura. *Conjecturas*, v. 22, n. 2, p. 46–58, mar./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/conj-614-508>. Acesso em: 4 jun. 2025.

COSTA, D. S.; SILVA, A. P.; FREITAS, C. M. Alimentação e Educação Escolar: redes de atenção e corresponsabilidade familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 4, e00134521, 2022.

DA SILVA, Waleska Gualberto et al. Estratégias de educação nutricional na prevenção e controle da obesidade infantil. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 50, p. e3376, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e3376.2020>. Acesso em: 4 jun. 2025.

DALLACOSTA, M. et al. Programa Saúde na Escola: desafios e possibilidades para promover saúde na perspectiva da alimentação saudável. *Saúde em Debate*, v. 46, n. spe3, p. 244–260, nov. 2022.

DIAS, P. C.; HENRIQUES, P.; DOS ANJOS, L. A.; BURLANDY, L. Obesity and public policies: the Brazilian government's definitions and strategies. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00006016>. Acesso em: 3 nov. 2022.

FIOCRUZ. Obesidade infantil no Brasil: dados e infográficos. Fundação Oswaldo Cruz, 2024. Disponível em: <https://www.fiocruz.br>. Acesso em: 4 jun. 2025.

FERRO, E. L. B. S.; MENDES, M. G. M.; ALVES, K. de O.; PEREIRA, C. H. C.; SILVA, S. C.; PINA, M. G. M. Cantina escolar e sua influência no estado nutricional. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 10, p. 19723–19738, 2019. DOI: 10.34117/bjdv5n10-187. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/3841>. Acesso em: 4 jun. 2025.

GANONG, Lawrence H. Integrative reviews of nursing research. *Research in Nursing & Health*, New York, v. 10, n. 1, p. 1–11, 1987. DOI: 10.1002/nur.4770100103. Acesso em: 4 jun. 2025.

KLASMANN, L. et al. School-based interventions to prevent childhood obesity: A systematic review. *International Journal of Pediatric Obesity*, v. 14, n. 1, p. 1–10, 2019.

LOBSTEIN, T.; JACKSON-LEACH, R.; BRENNAN, L., et al. Child and adolescent obesity: part of a bigger picture. *The Lancet*, v. 384, n. 9945, p. 1572–1584, 2022.

MARIA, C. A. et al. School-family partnership in nutritional education: A case analysis. *Revista de Saúde Pública*, v. 57, 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758–764, out. 2008.

MIRANDA, S. R. et al. Family engagement in school food practices: qualitative study. *Educação & Sociedade*, v. 44, e242005, 2023.

MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. *Obesity Reviews*, v. 23, supl. 1, p. e13303, 2023.

PUHL, R.; LATNER, J. D. Stigma, obesity, and the health of the nation's children. *Psychological Bulletin*, v. 133, n. 4, p. 557–580, 2007.

PULGARÓN, E. R. Childhood obesity: a review of increased risk for physical and psychological comorbidities. *Clinical Therapeutics*, v. 35, n. 1, p. A18–A32, 2013.

RODRIGUES, G. M.; SOUZA, A. D.; PIMENTEL, L. C.; FERREIRA, K. D.; PERÔNICO, J. L. Obesidade infantojuvenil no Brasil. *Revista Liberum Accessum*, v. 15, n. 1, p. 1–6, jun. 2023. Disponível em: <http://revista.liberumaccesum.com.br/index.php/RLA/article/view/210/249>

SERRA, B. K.; LOCH, F. C. C.; CARVALHO, D. R.; SCHEEREN, E. M.; VOSGERAU, D. S. R. Intervenções de atividade física e educação nutricional para combater a obesidade infantil na escola: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento (RBONE)*, v. 12, n. 73, p. 665–679, 21 out. 2018.

SIMMONDS, M. et al. Predicting adult obesity from childhood obesity: A systematic review and meta-analysis. *Obesity Reviews*, v. 17, n. 2, p. 95–107, 2016.

SILVA, C. O.; SILVA, L. G. A.; MELO, K. C.; VILA-NOVA, M. C.; OLIVEIRA, T. M. P.; ARAÚJO, V. S. et al. Obesidade infantil em tempos de pandemia: uma revisão integrativa. *Arquivos de Ciências da Saúde UNIPAR*, v. 27, n. 5, p. 2249–2269, mai. 2023. DOI: 10.25110/arqsaude.v27i5.2023-010.

WORLD OBESITY FEDERATION. *World Obesity Atlas 2023*. London: World Obesity Federation, 2023. Disponível em: <https://www.worldobesity.org/resources/resource-library/world-obesity-atlas-2023>. Acesso em: 4 jun. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Report of the Commission on Ending Childhood Obesity*. Geneva: WHO, 2016. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241510066>. Acesso em: 4 jun. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Childhood overweight and obesity*. Geneva: WHO, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/obesity>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ANEXOS



ASSOCIAÇÃO TERESINENSE DE ENSINO - ATE
CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO -
UNIFSA PRÓ-REITORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - NUAPE
COORDENAÇÃO DO CURSO DE NUTRIÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/ UNIFSA

1. Identificação do material bibliográfico:

() Tese () Dissertação () Monografia (X) TCC Artigo () Livro ()

Capítulo de Livro () Material Cartográfico ou Visual () Música

() Obra de Arte () Partitura () Peça de Teatro () Relatório de Pesquisa ()

() Comunicação e Conferência () Artigo de Periódico () Publicação Seriada ()

Publicação de Anais de Evento.

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: Bacharelado em Nutrição

Autor(a): Francisca Cristiane Silva Sousa

E-mail: cristianefrancis@gmail.com

Orientador(a): Ana Caroline de Castro Ferreira Fernandes

Instituição: Centro Universitário Santo Agostinho

Titulação obtido: Aprovado

Datada defesa: 26 / 11 / 25

Título do trabalho: Estratégias práticas no combate à obesidade infantil (Revisão de literatura)

(Em caso de dispensa de banca não preencher abaixo)

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: (☒)

Parcial: (☐) Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulo(s) a serem publicados: _____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução do CONSUP nº 83/2017, autorizo o Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, da minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UNIFSA), no formato especificado* para fins de leitura, impressa e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerado pelo Centro Universitário Santo Agostinho a partir desta data.

Local: Cerqueira Data: 5 / 12 / 25

Assinatura do(a) autor(a): Francisca Crispiane Sales Pena

***Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **vídeo** (AVI,QT)



International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Rua João Rabello Coutinho, LD 555

Boa Vista – Ponta Grossa – Paraná- CEP: 84.071-150

Fone: +55 42 3086-3131 E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Ponta Grossa, 30 de outubro de 2025.

CARTA DE ACEITE

A AYA Editora, marca da empresa International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA, representada neste ato pelo Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares, tem a imensa satisfação de comunicar que a sua pesquisa intitulada ***Estratégias Escolares no Combate à Obesidade Infantil: Uma Revisão de Literatura***, sob autoria de **Francia Cristiane Silva Sousa, Ana Caroline de Castro Ferreira Fernandes Macedo e Jesus Vênus Silva Costa**, foi aceita para publicação como capítulo do livro ***Ciências da Saúde: conceitos, práticas e relatos de experiência 11***. Publicação em **Fluxo Contínuo**.

Atenciosamente,

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Editor

AYA EDITORA

